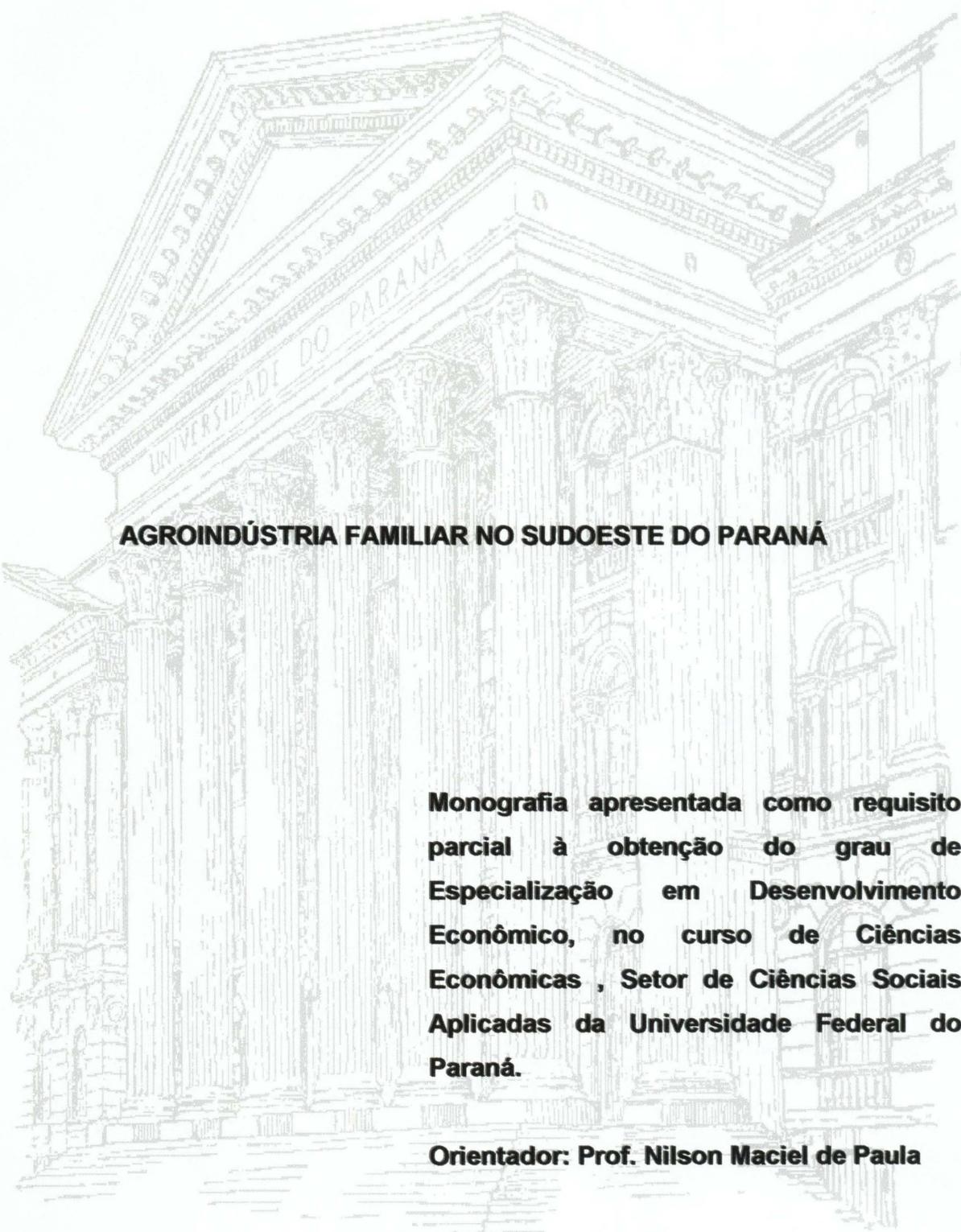


MARILUZ ZANIN PETRY



AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ

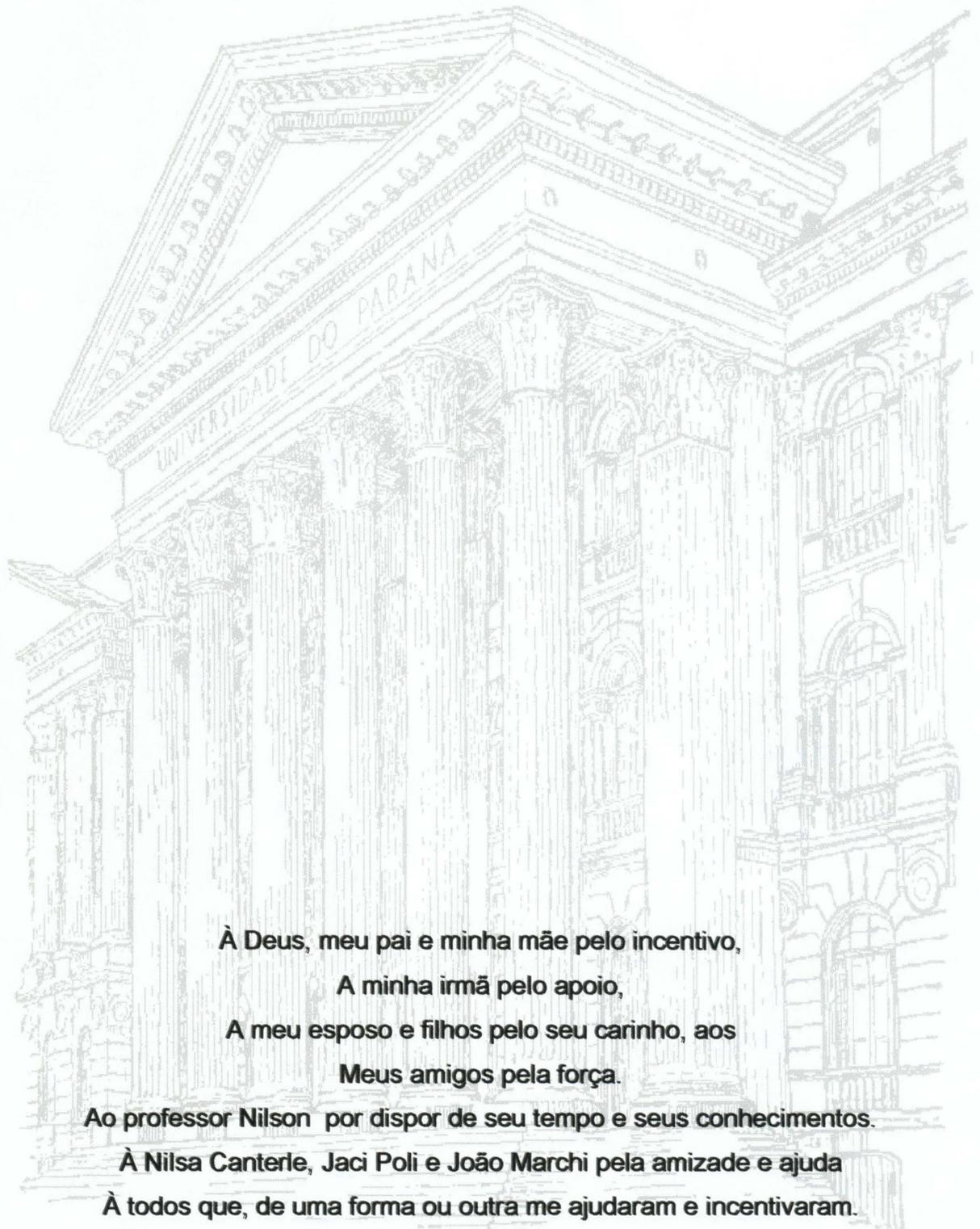
Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Desenvolvimento Econômico, no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Nilson Maciel de Paula

CURITIBA

2007

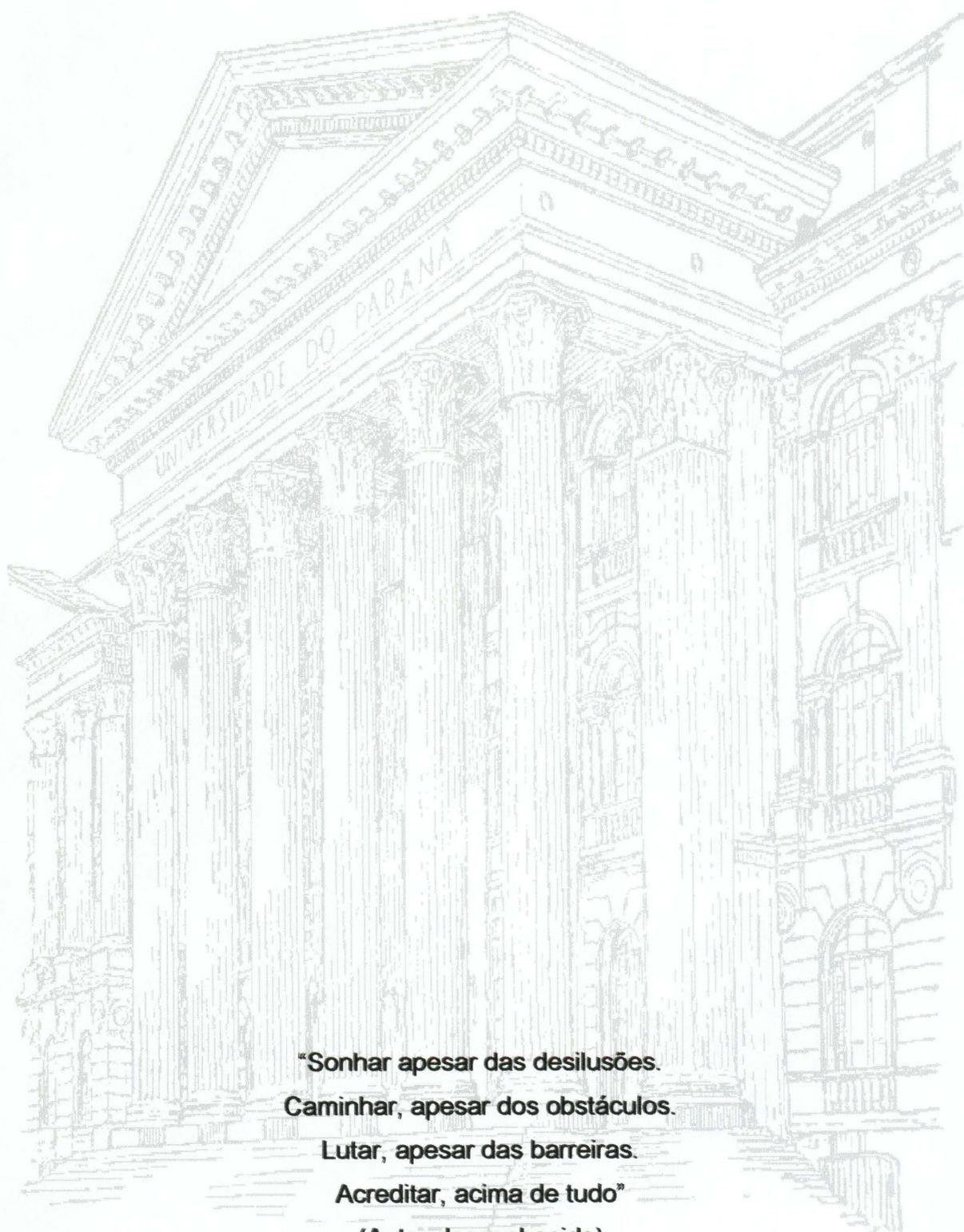
AGRADECIMENTO



À Deus, meu pai e minha mãe pelo incentivo,
A minha irmã pelo apoio,
A meu esposo e filhos pelo seu carinho, aos
Meus amigos pela força.

Ao professor Nilson por dispor de seu tempo e seus conhecimentos.

À Nilsa Canterle, Jaci Poli e João Marchi pela amizade e ajuda
À todos que, de uma forma ou outra me ajudaram e incentivaram.



**“Sonhar apesar das desilusões.
Caminhar, apesar dos obstáculos.
Lutar, apesar das barreiras.
Acreditar, acima de tudo”
(Autor desconhecido)**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	viii
INTRODUÇÃO.....	09
1. A FORMAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	11
2. A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ	18
2.1 – O desenvolvimento da agricultura brasileira e a pequena produção familiar.....	18
2.2 – Pequena produção familiar no Sudoeste do Paraná.....	22
3. A DINÂMICA AGRO-INDUSTRIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO SUDOESTE PARANAENSE.....	26
3.1 A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná.....	30
3.2 A transformação dos produtos na vida das famílias.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estabelecimentos e área (em há) segundo a condição – 95/96

TABELA 2 - Número de Agroindústrias de Pequeno Porte na Região Sudoeste

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO – Colônia Agrícola General Osório
CEFSPRG – Companhia de estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande
CITLA – Clevelândia Industrial Territorial Ltda
CRESOL – Cooperativas de Crédito com Interação Solidária
DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
ECOVIDA – Certificação Produtos Ecológicos
EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO - Órgão Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GETSOP – Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Sudoeste
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agricultura
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PEA – População Economicamente Ativa
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RT – Renda total
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SIM – Sistema Inspeção Municipal
SIP – Sistema Inspeção Estadual
SIF – Sistema Inspeção Federal
VBP – Valor Bruto da Produção

RESUMO

O objetivo deste estudo é discutir a formação das agroindústrias familiares no Sudoeste do Paraná e suas implicações para o desenvolvimento regional. Serão analisadas primeiramente a formação Sócio Econômica do Sudoeste do Paraná, com a intenção de caracterizar a realidade da região, bem como, o processo de formação de pequenas propriedades rurais através de lutas pela posse da terra.

O trabalho traz uma pequena discussão sobre a questão da agricultura familiar, a relação entre o desenvolvimento local da pequena produção familiar e o desenvolvimento da agricultura brasileira, tendo como foco principal a pequena produção familiar no Sudoeste Paranaense.

Este estudo procura contribuir com a análise de fatores preliminares e futuros relacionamentos como os processos das agroindústrias familiares no meio rural.

INTRODUÇÃO

A região Sudoeste do Paraná demonstra pela sua história que, desde a chegada dos migrantes à região houve a necessidade das famílias agirem em conjunto a favor dos seus interesses individuais e coletivos.

A realidade da agricultura familiar de pequenas propriedades, presente no Sudoeste do Paraná é da colonização européia que traz nas suas raízes culturais a aptidão natural para a transformação da produção.

A baixa rentabilidade desses sistemas levou as propriedades rurais à diversificação e a busca de novas atividades que proporcionassem melhor renda e otimização da utilização de mão-de-obra. Uma dessas alternativas é a verticalização da produção, isto é, a transformação de produtos em pequenas unidades produtivas, chamadas agroindústrias, localizadas nas propriedades e comunidades rurais da região.

O presente estudo objetiva retratar as mudanças sociais, econômicas e de relacionamento entre os agricultores envolvidos em uma agroindústria familiar e contribuir com o debate a respeito do desenvolvimento da agricultura familiar que apesar de terem suas atividades profundamente inseridas numa economia de mercado conseguem conservar o trabalho organizado em bases familiares.

A versão atual deste estudo esta dividida em três partes: a primeira apresenta a caracterização da Região Sudoeste, através de um breve histórico, dados e informações que dão uma noção de como aconteceu a formação sócio econômica do Sudoeste do Paraná.

A segunda parte procura relatar a sobrevivência da pequena produção familiar na agricultura capitalista, que independente das denominações e das manifestações regionais da pequena produção, sendo que o maior desafio será em desvendar as estratégias adotadas pelos produtores na trajetória da reprodução, tendo como destaque a mão-de-obra familiar. Aparece como sub-item o desenvolvimento da agricultura brasileira à pequena produção familiar onde procura-se desvendar em caminhos alternativos. Neste sentido ganhou destaque a busca de tecnologias alternativas, bem como, criou-se um ambiente institucional favorável a implementação de políticas agrícolas como é o caso do Pronaf. Neste capítulo também retrata a pequena produção familiar no Sudoeste Paranaense onde

procura-se caracterizar as varias formas de produção em função das famílias, ou seja: com produção integrada; famílias com produção convencional, produtoras de leite, ecologistas, tradicionais.

Na terceira parte vislumbra a possibilidade de trabalhar a dinâmica agroindustrial da produção familiar no Sudoeste paranaense, uma vez que o fenômeno de agroindustrialização têm-se constituído numa importante estratégia de sobrevivência da pequena produção familiar, visando a sustentabilidade da agricultura familiar, reforçando o processo de agroindustrialização do campo que passa por um processo de integração. Destaca-se a agroindústria familiar no Sudoeste Paranaense como uma busca de alternativas da transformação dos produtos para geração de emprego e renda, retrata a realidade da região com um diagnostico atual do numero de agroindústrias existentes no Sudoeste do Paraná e procura fundamentar a formação das agroindústrias familiares, com diferentes focos e concepções. O fato da Agroindústria familiar de pequeno porte apresentar-se como importante alternativa de permanência do agricultor familiar no campo com qualidade de vida, fez com que esta atividade se tornasse presente com grande destaque na Região Sudoeste do Paraná caracterizada principalmente pela predominância das formas familiares de produção.

1. A FORMAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DO SUDOESTE DO PARANÁ

Durante muitos anos a Argentina e o Brasil disputaram a rica região do Sudoeste do Paraná. Ao se definir a linha divisória entre os dois países, a Argentina reivindicou que a fronteira fosse definida pelos rios Chapecó e Chopin o que faria com que o Sudoeste do Paraná pertencesse à Argentina. O Brasil defendia que a fronteira ocidental seguisse os rios Santo Antonio e Peperi-guaçu¹. Como não houve acerto entre os dois países no tocante à linha divisória a referida disputa territorial foi decidida através da escolha em 1889, do Presidente dos EUA como árbitro para a questão. A partir de 1895, a região passou a pertencer oficialmente ao Brasil. Chegou assim ao fim a chamada Questão das Missões ou de Palmas.

Outro processo de disputa que envolveu o território do Sudoeste foi a do contestado, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, que originou a Guerra do Contestado que, embora não tenha influenciado de forma direta a região, promoveu um processo migratório de caboclos expulsos das áreas de conflito. A questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina foi resolvida no ano de 1916, quando foi estabelecida a fronteira entre os dois estados pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Uruguai e Iguaçu

A região Sudoeste do Paraná a partir do século XIX foi povoada por pioneiros de origem luso-brasileira, que se dedicaram à extração de erva-mate e à criação de porcos. Segundo LAZIER (1986), de maio a outubro cuidavam da colheita de erva-mate e de novembro a abril dedicavam-se mais a criação de suínos.

No início o corte e o preparo da erva-mate não tinham caráter comercial, uma vez que o produto se destinava ao consumo doméstico. Entretanto, em 1820 a região começou a exportar para os argentinos, concorrendo sempre com a produção dos paraguaios. Nos primórdios do século XX, a erva-mate tornou-se complemento do roçado e da criação de suínos. Os porcos eram criados soltos no mato ou no sistema de safra, ou seja, plantavam-se grandes áreas de milho e depois

¹ Rio Santo Antonio tem sua nascente no município de Santo Antonio do Sudoeste- Pr e afluente do Rio Iguaçu e o rio Peperi-guaçu tem sua nascente no município de Dionisio Cerqueira divisa com Argentina – afluente Rio Uruguai

soltavam os animais. Esses dois sistemas requeriam grandes áreas de terra pouco povoadas. Posteriormente, com o povoamento da região e a expansão da economia de mercado, a forma de criação de suínos sofreu modificações, tendo sido aperfeiçoada e adaptada às novas condições. A comercialização dos animais era realizada em cidades distantes da região como Jaguariaíva, Ponta Grossa e União da Vitória para onde, apesar do longo trajeto, eram levados a pé. (LAZIER 1986).

Os agricultores da região praticavam culturas de subsistência que consistiam principalmente de milho consorciado ao feijão e por vezes, a abóbora e a melancia (QUEIROZ, 1977), bem como pesca e caça, desenvolvendo ainda a criação de burros, cavalos e bovinos (LAZIER 1986).

Após o ciclo da erva-mate houve o ciclo da exploração da madeira, principalmente o pinheiro *Araucária angustifolia*, com aproveitamento apenas da parte nobre, sem a preocupação com a preservação do meio ambiente.

A chegada dos colonos gaúchos e catarinenses, normalmente descendentes de europeus², ao sudoeste paranaense a partir da década de 1940, determinou a exclusão do “caboclo” da região, pois o seu sistema agrícola de pousio florestal e suas formas sociais não conseguiram sobreviver à lógica da posse da terra e da mercadoria que vieram com esses migrantes. Tendo em vista a prática de uma agricultura mercantil com base na pequena produção familiar, esses produtores acabaram por dominar a região, após a expulsão da população cabocla.

Os migrantes gaúchos e catarinenses estabeleceram-se na região pela ocupação de terras devolutas, pela compra da posse do “caboclo” e através da colonização dirigida principalmente através da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, criada segundo Lazier(1997) em 12 de maio 1943 a partir do decreto 12417 baixado pelo presidente Getulio Dornelles Vargas.

Essa iniciativa oficial promoveu a colonização por meio de pequenas propriedades , sem ônus para o agricultor, além de proporcionar infra-estrutura básica como: estradas, pontes, escolas, etc) e assistência à saúde e educação, atraindo, em poucos anos, milhares de famílias para a região (GOMES 1986).

É importante ressaltar que a Cango foi um elemento impulsionador da ocupação do Sudoeste e da estruturação, nesta região, de uma economia

² A ocupação extensiva da terra, que se caracterizava por uma economia cabocla, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos. Com os imigrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de Europeus estabeleceram-se na região de forma espontânea, pela ocupação de terras devolutas ou pela compra de posse do “caboclo” e da iniciativa oficial através da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango)

baseada na pequena produção mercantil familiar. Por outro lado, a intensidade do movimento migratório para a região ultrapassou as possibilidades de controle e de assistência por parte da CANGO. Destaca-se ainda que o processo de colonização era marcado por uma divisão de trabalho segundo a qual as necessidades da família eram atendidas predominantemente pela produção doméstica, enquanto os produtos manufaturados e os instrumentos de trabalho eram adquiridos no incipiente mercado situado nas áreas urbanas.

Essa forma de organização da produção e da vida familiar era tradicional nos estados de origem das famílias. Os colonos, como eram denominados, desenvolviam produções destinadas ao mercado, especialmente aquelas que apresentavam maior segurança na comercialização. Cada família mantinha, também, uma produção de alimentos para o consumo familiar, tanto de origem animal quanto vegetal. Essa produção garantia uma relativa autonomia em relação ao mercado, dependendo de poucas aquisições na área da alimentação. Alguns alimentos não produzidos na propriedade podiam também ser trocados com vizinhos. Um exemplo típico era a questão da carne. As famílias que abatiam um animal distribuíam partes da carne para os vizinhos. Como essa prática era comum entre os agricultores normalmente todas as famílias contavam com carne fresca durante grande parte do tempo.

A ocupação das terras devolutas no Sudoeste provocou diversas disputas entre as companhias, os Governos e a população agrícola. Neste contexto ganha destaque a pessoa de José Rupp³, cujo papel na questão fundiária foi determinante.

Assim os agricultores que haviam recebido as terras de graça da CANGO teriam que pagá-las à CITLA, que por sua vez, empregava jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro. Os caboclos e colonos, apoiados pela população das cidades, reagiram à situação, organizando-se para garantir seus direitos contra a ação das colonizadoras.

³ José Rupp já havia se instalado na região como proprietário, embora por grillagem tem início uma disputa judicial com as Companhias e governo. O processo durou dezoito anos, lhe deu ganho de causa. Isso deu origem ao novo processo, em que o autor exigia indenização pelos prejuízos sofridos em função da interrupção de suas atividades na exploração da erva-mate e madeira. Em 1945 a CEFSPRG foi condenada a pagar a indenização. Como os bens da CEFSPRG foram incorporados ao Patrimônio Nacional em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal. De 1945 a 1950, lutou para conseguir receber a referida indenização, propondo vários acordos, mas suas propostas sempre eram indeferidas. Então Rupp desistiu e vendeu seu crédito à CITLA, em 26 de julho de 1950. Finalmente em 17 de setembro do mesmo ano, saiu o acordo sobre a indenização, no qual a

A revolta armada iniciou-se em agosto de 1957, com várias ações de emboscadas aos jagunços.

No dia 10/10/1957, ocorreu o confronto final entre os jagunços e posseiros, tendo como fato mais destacado a ocupação da cidade de Francisco Beltrão e a expulsão dos jagunços e representantes das colonizadoras. Considerada a única revolta camponesa vitoriosa, o movimento é denominado como revolta de 1957 ou Revolta dos Posseiros.

Após a expulsão da CITLA e as demais companhias, a luta continuou para garantir a propriedade da terra aos seus ocupantes, apesar da frágil ausência e estrutura de organização dos colonos, sua mobilização atraiu o apoio e solidariedade da população urbana, que acabou engrossando o movimento, no momento em que o conflito passou a ser travado no âmbito do Estado, com os mediadores privilegiados dos agricultores em luta (DESER1993).

Em 1961 o presidente Jânio Quadros declarou a gleba Missões e parte da gleba Chopim de utilidade pública, e em 1962 o então presidente João Goulart criou o GETSOP, com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da escrituração das terras aos agricultores. O primeiro trabalho foi medir demarcar, dividir os lotes respeitando a posse e a decisão dos ocupantes.

Conforme PERIN et.al.(2001) disputa entre 1957 (levante dos colonos) e 1962 (criação do GETSOP) (...) ninguém se sentia posseiro mesmo proprietário, pois no dia seguinte poderia não ter nada. Daí explorar a área ao máximo, derrubando e até queimando pinheiros para caracterizar a posse. Quem tinha algum capital instalava uma serraria de qualquer tamanho.

O GETSOP concluiu os trabalhos iniciados pela CANGO e os lavradores e moradores da região passaram de posseiros a proprietários. No encerramento de suas atividades em 1973 haviam sido titulados 32. 256 lotes rurais e 24.661 urbanos.

Segundo depoimento do Dr Walter A. Pecoits, um dos mentores e líderes do movimento de 1957 afirmava:

O Sudoeste do Paraná nasceu num teatro de lutas pelo espaço de terra. Seus habitantes cresceram e viveram num clima de guerra entre poderosos e pequenos, tentando sobreviver num pedaço fértil do chão Paranaense.

Foi neste solo que o agricultor deu “um basta” à agressão que se fazia com as propriedades. Realmente a reforma agrária de outubro de 57, até hoje no Brasil, não teve nenhum outro exemplo. Foi a luta ordenada programada e feita pelos agricultores sem o misticismo religioso e sem intervenções políticas partidárias de qualquer espécie. Uma luta genuinamente de posseiros contra aqueles que tentavam lhes roubar a propriedade, a terra que representava a própria vida.

Esta forma de colonização determinou uma distribuição fundiária com a predominância de pequenas áreas de terra no Sudoeste do Paraná, que de acordo com estudos da ASSESOAR/DESER (1994), a agricultura familiar representou 86,39% do total de estabelecimentos amostrados nesta região em meados dos anos noventa.

A legalização da terra permitiu aos colonos a obtenção de financiamentos e a ampliação da produção, intensificando conseqüentemente suas relações mercantis (LAZIER, 1986). Uma vez resolvidas as questões da posse da terra através de conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, intensificou-se o processo de mercantilização da agricultura regional. Esse processo se dá paralelo às transformações técnicas, uma vez que as características da região são identificadas por pequenas propriedades, o clima predominantemente subtropical com temperaturas média do mês mais frio inferior a 18° C e temperaturas média do mês mais quente acima de 22° C, sob a influência do clima associado a floresta subtropical característico da região dos campos de Palmas predominam os solos rasos e de baixa fertilidade natural. Assim de uma forma genérica, os solos mais férteis predominam em relevo acidentado, característico da região, onde apresentam frágil equilíbrio ecológico.

Este, a partir da cidade, absorve e recria o campo com outros significados. Está em construção este processo de produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências” (IANNI, 2004, p. 48).

O aumento da produção e da produtividade não significou melhores condições de vida para os agricultores. A necessidade de produção para o mercado provocou o abandono das produções para o consumo familiar, que não rendiam recursos financeiros e a adoção de monoculturas, nas quais o agricultor se especializava.

Na medida em que houve a modernização da produção, houve necessidade de aquisição de máquinas, equipamentos, sementes, adubos,

agrotóxicos e combustíveis. Para conseguir adquirir todos esses itens, os agricultores passaram a depender cada vez mais de créditos.

Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, em função do processo de modernização e de endividamento, houve um processo de êxodo rural muito acentuado, provocando a redução da população rural em praticamente todos os municípios do Sudoeste. Na medida em que ocorre a saída de famílias, o processo de concentração da propriedade passa a ser uma realidade na região. Desta forma, a “modernização no campo apresentou-se ao mesmo tempo como um elemento desestruturador e estruturador de relações sociais, pois significou uma nova composição de forças” (GOMES, 2001, p. 41). Isto ocorreu em função de toda uma limitação a pequenas áreas e ao baixo nível tecnológico devido à falta de recursos para investir na propriedade. As famílias se viram obrigadas a encontrar alternativas para se manterem viáveis no meio rural

Paralelamente a regularização da terra, outros fatores influenciaram a transformação do Sudoeste do Paraná. A estrada asfaltada atingiu a região, foram ampliados os financiamentos agrícolas, a mecanização da lavoura com aquisição de tratores, a produção de soja aumentou em cinco anos segundo dados do IBGE em 410% entre 1970 e 1975 (IBGE 1995) enquanto o processo de modernização da agricultura brasileira iniciado ainda na década de 1950 e acelerado especialmente a partir de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a publicação do Estatuto da Terra e a estruturação do Complexo Agro-industrial no Brasil influenciou de forma decisiva a agricultura no Sudoeste do Paraná. A partir disto iniciou-se o processo de aceleração do crescimento e o Sudoeste manteve-se com suas características originais de pequenos produtores, buscando alternativas tanto no processo de produção, quanto nos processos de transformação, distribuição, tecnológico e organizacional para a garantia da permanência da agricultura familiar.

Nos processos de busca de alternativas não há homogeneidade. Vários caminhos são discutidos e buscados nas práticas das entidades e organizações, processo que será discutido nos capítulos seguintes. Inclusive na concepção de agroindustrialização existem muitas diferenças de orientação, especialmente no sentido de seu papel frente as atividades das famílias. As duas principais podem ser resumidas da seguinte forma: uma das vertentes alternativas defende a agroindustrialização familiar e associativa inserida dentro de um processo de diversificação das propriedades, pensando inclusive métodos alternativos de

acesso ao mercado; a outra vertente se fixa mais detidamente na questão da agregação de valor à produção, preocupando-se em ver a agroindústria a partir de características mais empresariais e com objetivo de mercado.

O resultado deste processo fez com que surgisse na região a agricultura familiar do Sudoeste do Paraná que tem sua história baseada na conquista da terra. Ao terem que lutar por sua terra, os agricultores do Sudoeste passaram a valorizar mais profundamente a terra e a organização política. Essa valorização se tornou mais visível na medida em que surgem grupos de produção, associações, cooperativas e sindicatos. Além das ações mais diretamente ligadas à produção, vários processos de formação e educação foram desenvolvidos, visando a construção de uma consciência organizativa capaz de manter a força do conjunto dos agricultores que marcaram a identidade da região.

2. A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ

A partir do conceito podemos afirmar que a transformação de produtos sempre foi uma das características das famílias camponesas, de colonos, de pequenos produtores rurais e de agricultores familiares⁴

Independente das denominações e das manifestações regionais da pequena produção, o desafio maior da análise econômica é desvendar as estratégias adotadas pelos produtores em sua trajetória de reprodução. Nesse sentido, destaque deve ser dado à predominância da mão de obra familiar como uma característica estrutural desse segmento social, o que leva a análise aqui desenvolvida a tratá-lo sempre como agricultura familiar. Ou seja, o fenômeno do family farm americano sugerindo a possibilidade de uma agricultura empresarial baseada no trabalho familiar, inclusive no Brasil, não tem nenhuma relevância para este trabalho. Mais do que isso, assume-se nesta análise que a pequena produção, mesmo diante de seus obstáculos estruturais, está plenamente integrada o restante da economia, através das relações mercantis e mesmo da absorção de padrões tecnológicos desenvolvidos pela indústria.

2.1 O desenvolvimento da agricultura brasileira e a pequena produção familiar

O desenvolvimento empresarial da agricultura brasileira após o final dos anos de 1960 foi fortemente influenciado pela implementação de políticas de incentivo, principalmente através do crédito rural subsidiado através do SNCR⁵, resultando num intenso processo de industrialização do processo produtivo. Nesse sentido, destaque deve ser dado à mecanização, à utilização dos chamados

⁴ As denominações camponeses, colonos, pequenos produtores e agricultores familiares se sucedem no tempo, especialmente no Brasil, embora não sejam exatamente sinônimos. Essas diferenças e semelhanças podem ser observadas em escritos de Maria Izaura de Queiroz, Henri Mendras, Alexander Chayanov, Maria de Nazareth Wanderlei, Bernardo Manzzano Fernandes e outros. Não serão aprofundados neste trabalho por não fazerem parte do objeto de estudo.

⁵ SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural – criado em 1965, que cria linhas de crédito de investimentos para a modernização do campo, com recursos para aquisição de máquinas e equipamentos, destocamento de áreas, irrigação etc. Cria, também, uma linha de crédito de custeio que somente poderia ser liberada se o agricultor comprovasse a aquisição de insumos modernos para aplicação na sua produção. Os juros eram baixos, menores que a inflação (por isso ditos como negativos). Todo o empréstimo precisava de acompanhamento técnico para garantia da correta aplicação das modernas técnicas de produção.

insumos modernos como sementes híbridas, adubos químicos solúveis, herbicidas e inseticidas, e ao aumento da força de trabalho assalariada. Essa trajetória da agricultura foi essencialmente sustentada pelo crescimento das indústrias a montante e a jusante, em grande medida, ligadas ao capital multinacional.

Embora esse processo tenha produzido uma ampla reconfiguração socioeconômica no campo, além da profunda transformação tecnológica, é possível observar uma relativa polarização, tendo de um lado uma agricultura empresarial de alta competitividade no mercado internacional e de outro, uma agricultura familiar de pequeno porte, sem condições de inserção competitiva nos mercados. Os limites estruturais da pequena produção relacionados à escala, à escassez de recursos, à precariedade do solo, se tornaram insuperáveis para um grande contingente de produtores, que passaram a sobreviver à margem das transformações tecnológicas e econômicas que marcaram profundamente a evolução da agricultura brasileira após os anos de 1970.

Em vista dessas limitações, a pequena produção passou crescentemente a enfrentar o desafio de romper aquelas barreiras e desvendar um caminho alternativo para sobreviver nas condições de mercado predominantes. Nesse sentido ganhou destaque a busca por tecnologias alternativas apropriadas que pudessem compensar suas deficiências. Da mesma forma, criou-se um ambiente institucional favorável à implementação de políticas agrícolas adaptadas à pequena produção familiar, cujo destaque maior foi o PRONAF. Assim, gradativamente a pequena agricultura familiar passa a ser reconhecida, como categoria diferenciada, e portanto beneficiária de políticas públicas específicas e adequadas à sua situação econômica, social, cultural e política. Na medida que o governo federal passa a reconhecer a dimensão desse segmento social na agricultura, e sua importância socioeconômica, aquele reconhecimento ganha mais força, como se percebe pelos programas de suporte criados tanto pelos governos, em todas as suas esferas, quanto pelas diferentes organizações sociais vinculadas à agricultura. Nesse sentido é significativa a Lei 11.326/06 que institui a agricultura familiar como uma categoria produtiva, com a qual encerraram-se as dúvidas sobre a sua conceituação legal, garantindo-se a participação do setor na formação e na implementação das políticas do setor a partir dos seguintes critérios:

- a) não deter área maior do que quatro módulos fiscais ⁶(unidade padrão para todo território brasileiro);
- b) utilizar, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento;
- c) ter renda familiar predominantemente originária de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

De acordo com o Banco de Dados do INCRA – Retrato da Agricultura Familiar no Brasil – que toma por base os dados do IBGE - a presença da agricultura familiar, se comparada com a presença da agricultura patronal, é amplamente majoritária em número de estabelecimentos conforme tabela abaixo:

Tabela 1

Estabelecimentos e área (em há) segundo a condição - 95/96

Área geográfica	Categoria	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
		Número	Percentual	Número	Percentual	1000 reais	%
BRASIL	Familiar	4,139,369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
	Patronal	554,501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0
SUL	Familiar	907,635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1
	Patronal	86,908	8,7	24.601.463	55,5	6.359.953	42,4
PARANÁ	Familiar	321,380	86,9	6.541.583	41,0	2.683.996	48,2
	Patronal	44,273	12,0	9.275.501	48,2	2.860.118	51,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

No Brasil a pequena agricultura familiar representa 85,2% dos estabelecimentos; na região Sul do Brasil, 90,5% dos estabelecimentos e no estado do Paraná, 86,9% dos estabelecimentos. O Paraná é o estado da região Sul com o menor percentual de estabelecimentos da agricultura familiar. No Brasil em 1996, o valor bruto da produção (VBP) foi de R\$ 47,8 bilhões, tendo uma renda de R\$ 104,00 por hectare. Destes 4.139.369 são estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107.768.450 milhões de hectares.

⁶ Módulo fiscal é estabelecido para cada município e procura refletir a área mediana dos módulos rurais e expressa em hectares, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município e renda obtida .

A distribuição da agricultura familiar no país não é homogênea, com destaque para a região Nordeste, que retém 49,7% desses produtores, seguida da região Sul com 90,5% a agricultura familiar, tendo ao todo 907.635 famílias, sendo de grande importância para a economia brasileira, principalmente na geração de emprego e renda.

Se observarmos as áreas ocupadas pelos estabelecimentos da agricultura familiar, no entanto, os percentuais mudam muito: no Brasil, a agricultura familiar ocupa apenas 30,5% da área de terra, na região Sul ocupa 43,8% e no Paraná ocupa 41%.

Mesmo que, oficialmente essa categoria social tenha adquirido um estatuto, para efeitos de política setorial, sua sobrevivência no interior da agricultura brasileira, desafiou, ao longo das últimas décadas, os estudiosos do setor, quanto à sua conceituação e ao entendimento dos seus mecanismos de reprodução. Nesse contexto, emergiram diferentes denominações para dar conta desse fenômeno que de forma geral escapa dos conceitos que caracterizam a economia capitalista. A preocupação subjacente na maioria das análises esteve marcada por um permanente conflito entre duas posições básicas. A primeira apontando para a inevitável condenação de uma produção não capitalista, se transformando em unidades empresariais ou em trabalhador assalariado. A segunda vertente reforçou crescentemente a necessidade de entender essa categoria como um ingrediente estrutural do capitalismo, e, portanto como um segmento social ocupando um espaço no interior de uma economia capitalista, em permanente reprodução.

Embora com denominações e estruturas diferentes e sendo objeto de uma longa e intensa reflexão teórica, a pequena produção tem assumido um peso significativo na produção dos alimentos consumidos pelas populações locais. Essa posição tem se mantido, mesmo ao longo dos últimos anos, quando as transformações técnicas e econômicas, elevaram o nível de produtividade da agricultura em todos os seus segmentos.

2.2 Pequena produção familiar no Sudoeste Paranaense

A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, seja em termos de acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e de acumulação de bens. Embora as características básicas sejam semelhantes, em cada região as populações camponesas apresentam especificidades. No Sudoeste do Paraná, as famílias de pequenos produtores familiares iniciaram a exploração econômica da agricultura em bases mercantis, embora o propósito da subsistência fosse predominante em determinados espaços. Essa foi uma das razões pelas quais a população cabocla previamente existente na região fosse desbancada pela chegada dos colonos de origem européia vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Esses colonos, originários de um campesinato pobre da Europa ou seus descendentes, possuíam características diferenciadas em relação ao conceito do campesinato tradicional. A semelhança se situava na policultura e na produção de autoconsumo. A diferença principal era em relação à produção para o mercado. As famílias de colonos que vieram da Europa tinham que produzir para o mercado para conseguir recursos para pagar suas terras e realizar seus investimentos. Os colonos que vieram para o Sudoeste mantiveram essa característica. Mais do que isso, a intenção das famílias de colonos era acumular, adquirir mais terras. Com o processo de modernização da agricultura, que se acentuou muito no início da década de 1970, houve um processo de diferenciação entre as famílias, constituindo uma diversidade maior de situações.

No Sudoeste existem, atualmente, várias situações que caracterizam a pequena produção familiar:

a) famílias com produção integrada às grandes agroindústrias, que utilizam alta tecnologia em suas atividades e que tem sua produção especializada em um único produto, como aves, suínos e fumo; a entrada neste segmento exige, especialmente nas aves e suínos, um alto investimento, o que limita muito o número de famílias com acesso a essa condição;

b) famílias com produção convencional de grãos, especialmente de alimentos, destinados ao mercado nacional e externo; utilizam alta tecnologia de

produção, como máquinas, equipamentos, insumos modernos, agrotóxicos para garantir alta produtividade em função do alto custo de produção;

c) famílias produtoras de leite, como atividade principal das propriedades; é atividade que mais envolve famílias na região; grande parte das famílias mantém, ainda, outras produções de grãos, hortaliças, pequenos animais e frutas; por ser uma atividade com um número grande de famílias, provocou o surgimento de um grande número de pequenas cooperativas municipais para agregar mais valor à sua produção;

d) famílias de agricultores ecologistas, que adotaram os princípios da agroecologia em sua produção; grande parte dessas famílias ainda não conseguiu realizar um processo completo de conversão para a agroecologia, caracterizando-se, ainda, como produtores orgânicos;

e) famílias de agricultores tradicionais e camponeses, cuja principal produção é ainda de subsistência; é um setor da agricultura familiar pouco numeroso; é importante ressaltar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – utiliza o termo camponês para denominar os assentados da Reforma Agrária muito mais em função de seu conteúdo político do que pelas suas características econômicas, sociais e culturais

Hugues Lamarche classifica os agricultores familiares em quatro grupos, que classifica como modelos teóricos: o modelo Empresa, o modelo Empresa Familiar, o modelo Agricultura Camponesa ou de subsistência e o modelo Agricultura Familiar Moderna; A classificação de Lamarche leva em conta a composição prioritariamente familiar ou não, o destino da produção e a relação mais ou menos intensa com o mercado. Constata, em seu capítulo “As lógicas produtivas” que, quanto mais modernizada, maior a dependência do mercado e menor sua flexibilidade frente o sistema.

Essas classificações apontam para uma diversidade muito grande de situações das famílias de agricultores familiares, nem todas elas tendo como balizador fundamental a produção para o mercado. É importante observar que, na medida em que o produtor se moderniza vai perdendo as suas condições de autonomia no processo de decisão sobre a produção, vai criando uma dependência mais estreita do mercado e suas margens de sobras se tornam cada vez menores, obrigando-o a conseguir maior escala de produção para garantir sustentabilidade.

As lógicas de produção agroecológicas, ao contrário, permitem uma redução dos custos de produção, embora as produtividades sejam relativamente menores, na maioria dos casos, permitindo aos produtores maiores sobras e melhores condições de sustentabilidade, se implantadas de forma completa. Um exemplo é a produção de leite: produtores agroecológicos conseguem produzir um litro de leite com custo menor do que R\$ 0,15, enquanto os produtores convencionais, que utilizam métodos mais modernos de produção, tem seu custo acima de R\$ 0,30, sendo que, quanto maior o nível de tecnologia, maior o custo, tornando-se praticamente inviável a produção para comercialização “in natura”. Esses dados foram coletados junto a agricultores produtores de leite, em um processo de acompanhamento que vem sendo realizado pela ASSESOAR em convênio com o DESER. Essa lógica produtiva estabelece uma interrogação bastante séria sobre o significado da tecnologia na sustentabilidade das pequenas propriedades e sobre a necessidade de adequação de tecnologias para a pequena produção.

A região Sudoeste do Paraná é uma das regiões paranaenses de maior presença da agricultura familiar. Sua organização é semelhante à das regiões Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul, locais de origem da maioria das famílias de agricultores familiares que aqui se fixaram a partir da década de 1940. Pela concentração de pequenas propriedades e pelas características históricas do território o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial, implantou um processo de desenvolvimento territorial no Sudoeste, que passou a funcionar a partir de 2003, com a finalidade de promover um processo de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Em 1966, com apoio de um grupo de padres belgas, um grupo de jovens agricultores fundou a ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – que passou a atuar na organização dos agricultores e na discussão de alternativas para as famílias e para a categoria.

No final da década de 1970 ocorre um movimento de oposição sindical na região, que teve como objetivo central tomar os sindicatos, que estavam totalmente vinculados à política oficial do governo. Até aquele momento os sindicatos tinham como principal atividade a aplicação das políticas sociais do

governo federal, especialmente na área da saúde e da organização fundiária. Esse movimento de oposição, inspirado na atuação da ASSESOAR, conseguiu assumir as direções dos sindicatos da região, modificando completamente seu papel. Romperam com o Estado, deixando de exercer as funções de executores de políticas públicas, e assumiram mais claramente a luta política dos agricultores

A organização dos agricultores familiares na busca de um movimento sindical mais atuante na defesa dos seus direitos políticos e na conquista de políticas públicas para a agricultura foi a motivação fundamental para a luta de conquista dos sindicatos. A atuação dos sindicatos como executores de políticas governamentais ao invés de garantir avanços e melhorias nas condições de vida das famílias às acomodava a uma situação de meras receptoras de serviços concedidos pelo Estado. Na medida em que os sindicatos passaram a atuar sob essa nova forma de organização, sendo representação política e mobilizadores da classe para as lutas pelos seus direitos, colocaram na agenda política do Estado as necessidades e demandas da agricultura familiar. O PRONAF foi resultado dessas lutas enquanto política diferenciada de crédito e é um exemplo do acerto dessa nova postura

A partir deste momento começam a ser executados diversos programas de busca de alternativas para a agricultura. Programas como de associativismo, de gestão de sistemas produtivos, de tecnologias alternativas (que buscava alternativas ao avanço da maquinização e entrada dos pacotes tecnológicos vinculados à Revolução Verde), de créditos alternativos, através da criação do Fundo de Crédito Rotativo, gerido pela ASSESOAR, e que deu origem às primeiras cooperativas de crédito (CRESOL⁷ – Cooperativas de Crédito com Interação Solidária), de conquista da terra para agricultores sem terra (foi formado MASTES – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Sudoeste no início da década de 1980⁸) e de agregação de valor aos produtos da agricultura.

7 Hoje já existem dois sistemas de cooperativismo de crédito da agricultura familiar: CRESOL BASER, que organiza as cooperativas de crédito do Paraná e algumas de Santa Catarina e a CRESOL CENTRAL que organiza as cooperativas de crédito de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Este foi o movimento pioneiro no Brasil na constituição de cooperativas de crédito específicas da agricultura familiar. A primeira CRESOL foi criada em 1995 no município de Dois Vizinhos. Atualmente os dois sistemas possuem mais de uma centena de pequenas cooperativas municipais de crédito em todo o sul do país.

8 Esse movimento se inspirou no MASTER – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul, iniciado ainda em 1960, e que posteriormente se reorganiza no final da década de 1970. O MASTES, junto com várias organizações de agricultores sem terra criaram o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – em 1985, na cidade de Cascavel (PR). Depois dessa reunião em Cascavel esses movimentos organizaram um congresso, realizado em Curitiba, que deu a estrutura final ao MST.

Essa ebulição organizativa permitiu um grande avanço na busca de alternativas à penetração do capital no campo e à modernização conservadora da agricultura. Neste contexto é que surgem as primeiras experiências de agroindustrialização, como movimento de busca de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, como será analisado no próximo capítulo. É importante voltar a ressaltar que a constituição das primeiras agroindústrias familiares e associativas foi um movimento dos agricultores familiares na busca de alternativas à submissão que o desenvolvimento das grandes agroindústrias e a própria estrutura de crédito e assistência técnica dos governos federal e estadual impunham às famílias de agricultores. A agroindustrialização de pequeno porte, associativa ou familiar, foi uma das alternativas construídas pela agricultura familiar em busca de seu fortalecimento enquanto categoria produtiva como classificado pela lei 11326/06.

Uma das características centrais desse processo foi a busca pelos agricultores, e principalmente seus líderes, de uma organização econômica de caráter solidário, que se confrontasse de forma direta ao processo de organização capitalista de agroindustrialização. Por essa razão, sua forma de organização e seus princípios são diferenciados, porque se inserem dentro dos princípios da economia solidária, que tem como base a participação efetiva das famílias na organização e gestão dos empreendimentos solidários.

3 A dinâmica agroindustrial da produção familiar no Sudoeste paranaense

Historicamente a opção feita pelas sociedades e governos foi o desenvolvimento agrícola. Assim foi na modernização da agricultura nos países ditos desenvolvidos, em especial EUA, União Européia, Japão e seu bloco asiático e, em menor grau, mas não menos importante, dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

A opção brasileira foi tomada ainda nos anos 50, quando a indústria assumiu o comando da economia atribuindo ao setor agrícola certas “funções e papéis” a desempenhar no processo de desenvolvimento econômico (interpretado como um passo intermediário necessário para o desenvolvimento urbano/industrial).

Como eram esperados, estes objetivos foram em boa parte alcançados, levando o Brasil a um patamar surpreendente de desenvolvimento rural. Logo, a opção pelo desenvolvimento agrícola não levou ao desenvolvimento rural e sim ao agravamento dos problemas sociais e ambientais do meio rural.

Como não poderia deixar de ser, este modelo de desenvolvimento entrou em crise, associado à crise dos diversos paradigmas que lhe deram sustentação, como a do modelo tecnológico e agrícola, dito “produtivista”, preocupando, principalmente, com a do modelo da produção e da produtividade física dos produtos e criações, frente a um mercado crescente, resultado da intensa urbanização do país ocorrida no período.

Já no caso do Brasil, a produção familiar na agricultura aparece como uma forma de produção alternativa do período colonial. Como tal, desenvolveu-se nas fronteiras dessas propriedades, ocupando pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e destinando a produção, em grande parte, para o autoconsumo. Além disso, também desempenhava as funções de produtora de alimentos e de reservatório de mão-de-obra. A criação e a recriação dos estabelecimentos de base familiar acompanhavam as oscilações da estrutura produtiva das grandes propriedades. Quando os produtos nelas explorados eram altamente demandados no mercado externo, observa-se a incorporação de um maior número de trabalhadores. No entanto, quando a procura desses produtos se reduzia, os pequenos estabelecimentos de base familiar convertiam-se em reservatórios de força de trabalho excedente.

O fenômeno da agroindustrialização familiar tem se constituído numa importante estratégia de sobrevivência da pequena produção familiar, e possibilitando mecanismos que elevam o nível de sustentabilidade da agricultura familiar. Com isso, os problemas resultantes da pobreza passam ser enfrentados por uma estratégia de agroindustrialização distinta daquela oriunda das grandes empresas através dos sistemas de integração.

A possibilidade de industrialização e agregação de valor à produção agrícola realizada preferencialmente no meio rural e por agricultores ou membros de sua família, em nível regional, reveste-se da maior importância socioeconômica devido à geração de postos de trabalho, à apropriação local do valor agregado e a melhor distribuição do “valor adicionado” na cadeia agroindustrial. Segundo TESTA

et.al.(1996) a criação de pequenas agroindústrias se torna uma alternativa à exclusão dos agricultores do processo agrícola comercial, ou seja, uma “reapropriação “ pelo agricultor de atividades anteriormente ligadas à produção rural. A agroindustrialização faz parte da história e cultura destes agricultores, havendo vários exemplos de transformação de grãos, frutas, carnes leite, cana-de-açúcar em produtos elaborados artesanalmente e orientados principalmente para o consumo familiar e o excedente para a comercialização.

Como indicado acima, a agricultura passou por um processo de modernização que re-estruturou todo o sistema produtivo pela introdução de técnicas modernas, máquinas, equipamentos, sementes, adubos e agrotóxicos. Essa modernização, porém, não ficou só no processo de produção, envolvendo a estruturação de uma nova relação de produção, em especial pelo aprofundamento da entrada da indústria para o campo, no sentido de uma relação muito próxima entre a indústria e o produtor, tanto a montante quanto a jusante. Com isso o processamento dos produtos do campo passa a se constituir um aspecto central da revolução tecnológica que envolveu tanto os processos de produção quanto sua transformação em produtos industriais. Nesse sentido os produtos da agricultura se convertem gradativamente em produtos da indústria.

Esse processo de agroindustrialização do campo passa a envolver intensamente a pequena produção familiar, particularmente através dos mecanismos de integração, cujos exemplos mais significativos são a avicultura e a suinocultura. Nesses casos, o agricultor passa a ser acompanhado mais de perto pelas indústrias, que tem interesse que suas técnicas sejam adequadas ao produto a ser transformado industrialmente e comercializado posteriormente.

Na medida em que incorporam essas novas tecnologias, os agricultores passam a se tornar cada dia mais dependentes de orientação técnica para produzir e cada dia mais dependentes do crédito para adquirir os insumos⁹. Dada a limitação das políticas de assistência à pequena produção pelo Estado, principalmente creditícia, as transformações tecnológicas e a oferta de crédito a esses agricultores passaram a ser conduzidas diretamente pela indústria. Mais do que isso, o suprimento de insumos passou a ser feito pelas próprias empresas processadoras que comercializam sua produção, tornando o produtor refém dos

9 Quando se fala em insumos é preciso compreender, neste contexto específico, todos os equipamentos, máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos, combustíveis etc. para viabilizar a produção.

interesses comerciais das grandes agroindústrias, tanto fornecedoras para a agricultura como consumidoras dos produtos agrícolas.

As mudanças nos produtos foram afastando os agricultores não integrados da produção de grande parte dos produtos tradicionais da agricultura familiar. Exemplos mais significativos são a suinocultura e a avicultura.

Os suínos tradicionalmente produzidos pelos agricultores eram rústicos, de raças adaptadas à região, denominados de “tipo banha”, isto é, tinham um percentual de gordura mais elevado e que o mercado não valorizava. As grandes agroindústrias passam a importar raças ou desenvolver híbridos que produzem mais carne e menos gordura, e com carcaças mais adequadas à exportação. Essas raças importadas ou híbridas eram muito mais exigentes na questão de tratamentos culturais, justamente pela sua inadequação ao ambiente regional. Para garantir um suíno da qualidade exigida pelo mercado, as agroindústrias passaram a exigir o confinamento com pocilgas de alta qualidade de construção, a utilização de rações e concentrados balanceados para a alimentação dos animais, e com utilização de produtos químicos adicionados na alimentação capazes de acelerar o crescimento. Um suíno que o produtor tradicional demorava mais de seis meses para comercializar com o peso ideal exigido pelo mercado (80 kg) passava agora a atingir esse peso com quatro meses. Algumas integradoras, inclusive, especializaram os suinocultores, que passaram a ser responsáveis por partes da produção. Alguns tinham as matrizes e criavam os leitões até determinado peso ou idade e outros agricultores recebiam esses leitões para a sua terminação.

Todo esse conjunto de técnicas elevou muito o investimento do agricultor para participar da produção, o que provocou uma seleção dos participantes pela capacidade de investimento. Outro fator de seleção foi a localização das propriedades dos produtores. Agora era necessária a facilidade de transporte como um dos elementos para integração.

Na produção de aves o processo foi semelhante, e a exclusão da maioria dos agricultores se deu da mesma forma, exceto pelo fato de que a produção de aves é ainda mais especializada, fornecendo os animais de um dia e recolhendo em dia marcado pela própria agroindústria. O produtor passa a ser, apenas, o “cuidador” dos animais da agroindústria. As aves, a ração, os medicamentos e complementos alimentares são fornecidos pela integradora. O agricultor fica com a tarefa de cuidar dos animais e garantir que seu crescimento

seja adequado para ter um rendimento ao final do processo. As aves tem um ciclo médio de 45 dias do nascimento ao abate.(DELGADO pg. 37 e 38)

A integração da pequena produção familiar, como caracterizada acima, entretanto, se dá a partir da ação do grande capital agroindustrial que conduz o processo produtivo, regula as relações de mercado, define o padrão de inovação tecnológica e determina o nível de utilização da força de trabalho da família. Por outro lado, o surgimento da agroindústria familiar representa um movimento alternativo conduzido pelos próprios agricultores, cujas características locais precisam ser analisadas.

3.1 A agroindústria familiar no Sudoeste Paranaense

Na medida em que avança o processo de modernização e que um grande número de famílias não consegue acompanhá-lo, ocorrem duas situações: ou a família desiste da atividade, vende sua terra e vai para o meio urbano em busca de outra alternativa, ou permanece no campo, tentando sobreviver e buscando alternativas de produção capazes de lhes garantir um mínimo para a sobrevivência.

No Sudoeste do Paraná o processo se inicia ainda em 1958, quando os agricultores organizaram-se numa associação, em Francisco Beltrão, com a finalidade de defender seus direitos e garantir a titulação das terras (observe-se que a criação da associação se dá logo no ano seguinte à Revolta de 1957). A opção pela associação foi feita em função da impossibilidade legal de constituição de sindicatos de pequenos produtores. No ano de 1963, quando foi regulamentada a possibilidade de criação de sindicatos rurais, os agricultores transformam a sua associação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. O movimento de criação de sindicatos foi se generalizando para todos os municípios a partir daí. Esta parte será analisada no capítulo seguinte, quando será estudada a organização da agricultura familiar no Sudoeste.

Em 1966 foi fundada a ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – por um grupo de jovens agricultores. A criação dessa entidade buscou consolidar e institucionalizar um trabalho de organização dos agricultores na região promovido pelas pastorais, inspiradas na nascente Teologia

da Libertação e no Concílio Vaticano II¹⁰. Esse movimento era coordenado por padres belgas que atuavam na região e que eram sediados em Francisco Beltrão.

O motivo fundamental da criação da ASSESOAR foi a compreensão de que esse processo de construção de alternativas deveria ser coordenado pelos próprios agricultores.

Apoiados pelos padres, esses agricultores passaram a atuar na região toda, buscando incentivar os agricultores para a organização de sindicatos, associações, grupos de produção e discutindo concretamente alternativas de tecnologias de produção e de fontes alternativas de renda.

Na medida em que o número de organizações dos agricultores passou a ser mais significativo, foi formado o Fórum das entidades da agricultura familiar para ser um espaço de articulação das ações na região.

Os principais programas desenvolvidos pela ASSESOAR e pelas entidades da agricultura foram: os de desenvolvimento de tecnologias alternativas, buscando superar a necessidade de importação de insumos para a produção e resgatar sementes e formas de manejo do solo historicamente desenvolvidos na agricultura; a formação de associações e grupos de produção para resgatar o processo de solidariedade na produção e melhor aproveitamento de máquinas e equipamentos; resgate das formas tradicionais de processamento de alimentos e incentivo à produção de auto-consumo pelas famílias como elemento central de autonomia e auto-sustentação; organização de formas de crédito alternativo, através da criação de um Fundo de Crédito Rotativo destinado a apoiar os grupos e associações em seus investimentos (os recursos para o fundo foram obtidos da cooperação internacional).

Esse movimento dos agricultores em busca de alternativas foi denominado inicialmente de Agricultura Alternativa, depois de Agricultura Orgânica, e mais recentemente de Agroecologia.

Na busca de alternativas, um dos movimentos que ocorreu foi o da transformação dos produtos para agregação de mais valor pelos agricultores familiares, dando origem às primeiras agroindústrias. Na medida em que esse

10 O Concílio Vaticano II promoveu uma ampla transformação na Igreja Católica, buscando vincular-se mais às demandas e necessidades de seus fiéis, em especial os mais pobres e excluídos do sistema capitalista. A marginalização social foi um dos aspectos mais salientados neste movimento da Igreja. Outro passo foi a adoção da língua local para que essa vinculação pudesse acontecer de forma mais efetiva. Até o Concílio Vaticano II a

processo avança, vários produtos passaram a ser processados, entre os quais o mais difundido é o leite, que hoje pode ser considerado o principal produto da agricultura familiar no Sudoeste.

Alguns aspectos formam a estrutura básica dessa busca de alternativas: a policultura como forma de conseguir estabilidade nas relações com o mercado, a produção de autoconsumo e a comercialização dos excedentes dessa produção em feiras livres, a adoção de tecnologias agroecológicas, re-significadas pelos agricultores, como é o caso da adubação verde, dos consórcios entre produtos e outras, que serão estudadas mais adiante neste trabalho.

Na questão da transformação, os processos adotados fundamentaram-se principalmente na tradição das famílias e no “saber fazer” cultural da agricultura familiar.

Nessa busca de saídas houve uma confrontação clara entre a especialização e monoculturização das atividades com a economia solidária, a policultura e a produção de auto-consumo como fatores de auto-sustentação das famílias.

3.2 A transformação dos produtos na vida das famílias

O termo agroindústria é usado para designar diversas atividades produtivas que utilizam matéria prima originária da agricultura. Para o Ministério da Agricultura (1997 apud Terra Solidária, p.8) agroindústria é:

(...) qualquer atividade econômica que agregue valor a produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais, compreendendo desde processos simples, tais como limpeza e classificação, até processos mais complexos, que incluem operações de transformação, física, química ou biológica é classificado como agroindústria.

No início da colonização brasileira, ocorrida especialmente a partir do Rio Grande do Sul, as famílias moravam em suas terras e, pela pouca densidade demográfica, o acesso aos mercados era muito difícil em função da deficiência nos

língua oficial da Igreja era o latim. No contexto dessas alterações na Igreja surge, na América Latina, um movimento de opção pelos pobres e marginalizados denominado de Teologia da Libertação.

transportes. Ao mesmo tempo, o mercado possuía características diferentes que as atuais, não possuindo muitos produtos alimentares para comercialização.

Na medida em que as famílias precisavam garantir sua alimentação, foram adotando práticas que pudessem garantir uma alimentação de qualidade a partir de suas propriedades. Alguns exemplos podem ser ilustrativos dessas práticas adotadas pelas famílias. O primeiro exemplo é o da carne. Como na época a conservação dos alimentos precisava ser feita de formas alternativas em função da ausência da energia elétrica nas propriedades, os agricultores adotaram práticas de conservação da carne capazes de garantir o aproveitamento da carne quando abatiam suínos ou cabeças de gado.

A primeira prática adotada era a de promover trocas de carne entre vizinhos. Quando um agricultor abatia um animal, parte da carne era fornecida a seus vizinhos, que, por sua vez, tinham a mesma prática. Essa forma de solidariedade permitia que as famílias tivessem acesso à carne fresca durante grande parte do ano.

Mesmo assim, havia necessidade de outras formas de conservação. Isso promoveu o surgimento das primeiras formas artesanais de transformação. O salame e outros tipos de embutidos eram elaborados para garantir a conservação de carne. O charque era outra forma de conservação muito tradicional entre as famílias. A banha dos suínos era conservada em recipientes fechados para ser usada durante o período entre as carneações. Boa parte da carne, a de uso mais imediato, era conservada na própria banha.

Os doces e as compotas eram formas de conservação de frutas e legumes de produção sazonal.

O leite era transformado em queijos, manteiga, nata, ricota e outros derivados, que permitiam o enriquecimento da alimentação no dia-a-dia das famílias.

A erva-mate era processada através de barbaquás, carijós simples e monjolos simples, presentes em quase todas as propriedades. As farinhas eram obtidas, normalmente, em pequenos moinhos de pedra existentes em quase todas as comunidades de agricultores.

A cana-de-açúcar era transformada por meio de pequenas moendas de madeira e tração animal as famílias no açúcar mascavo, rapadura, melado, cachaça, além de aproveitar o melado para fazer doces junto com outras frutas, como a laranja, a abóbora, a ameixa e outras.

A uva também estava presente na maioria das propriedades, especialmente de origem italiana, e era transformada em vinho. Muitas famílias utilizavam o bagaço da uva para produzir uma aguardente chamada de grapa.

Essa cultura de transformação de alimentos foi preservada pelas famílias que vieram para o Sudoeste. Quando se iniciou a discussão sobre a agroindustrialização como alternativa de geração de renda, todo o processo foi pensado a partir das habilidades e da cultura de transformação de cada família ou grupo.

A formação das primeiras agroindústrias foi pensada focando mais o mercado local e a possibilidade de comercialização direta aos consumidores ou em feiras livres municipais. Poucas iniciaram o processo visando o externo ao município.

Um dos aspectos característicos das primeiras agroindústrias foi sua “informalidade”. Normalmente não possuíam registro empresarial e nem licenciamento dos produtos pelos serviços de inspeção sanitária. As perspectivas de licenciamento dos produtos eram muito complexas em função de uma legislação mais adequada aos grandes empreendimentos econômicos de processamento de alimentos. Os casos mais difíceis eram os derivados de produtos de origem animal. Os de origem vegetal tinham processos bem mais simplificados, diretamente ligados à ANVISA e Ministério da Agricultura. Mesmo mais simples, era um processo difícil de ser enfrentado.

As agroindústrias que foram se formando eram de caráter familiar ou associativa. Quando de caráter familiar, envolvia os membros da família. Quando associativas, envolviam um grupo de famílias. O número de famílias envolvidas era muito variável, dependendo da atividade e da organização dos agricultores.

Normalmente os agricultores formavam uma associação para abrigar a agroindústria. O regime de micro-empresa não é utilizado em função da legislação previdenciária. Se o agricultor familiar for membro de uma empresa perde a condição de segurado especial.

A constituição de cooperativas foi pouco utilizada em função das resistências das famílias pelas amargas experiências no sistema cooperativista tradicional, que cresceu desmesuradamente e abandonou sua característica de assistência direta aos agricultores e os sócios perderam a condição de acompanhar a gestão de forma mais direta. Muitos agricultores tiveram prejuízos pela dissolução ou incorporação de cooperativas por outras. As fraudes na gestão sempre foram

citadas pelos agricultores como motivo de rejeição para a organização de cooperativas. Essa rejeição somente foi superada na década de 1990, quando foram formadas as primeiras cooperativas de crédito no Sudoeste.

A dimensão da agroindústria familiar e as atividades aí envolvidas na região do Sudoeste do Paraná podem ser observadas na tabela 3.

Tabela 3

Número de Agroindústrias de Pequeno Porte na Região Sudoeste

Modalidade de agroindústria	Nº de Agroindústria Atendidas		
	Existentes	A implantar/ Implantação	TOTAL
Leite/queijo	36	12	48
Vegetais	36	15	51
Cana-de-açúcar – açúcar mascavo	37	12	49
Cana-de-açúcar – cachaça artesanal	42	10	52
Embutidos e defumados	33	16	49
Panificação/ massas	10	15	17
Aves/ovos/abate	10	05	15
Abate de bovinos e suínos	05	04	09
Peixes	05	01	06
Ovos/conserva	01	01	02
Mel e Derivados	35	05	40
Vinícolas – vinho colonial	25	05	30
TOTAL GERAL	277	101	378

Fonte Emater 2006

Nesta tabela pode-se observar que o número de agroindústrias do leite somam 48 e vegetais correspondem a 51 seguidos dos derivados da cana-de-açúcar que corresponde a 101 e os embutidos e defumados correspondem a 49 agroindústrias.

O diagnóstico das agroindústrias da região está baseado em estudo feito por técnicos da Emater na Regional de Francisco Beltrão onde a concentração é de 147 unidades, envolvendo 850 famílias, gerando 747 empregos diretos, 4.000

empregos indiretos, com investimento médio por unidade de R\$ 10.000,00 a R\$ 550.000,00 com cálculos estimados de investimento para geração de empregos direto de R\$ 8.000,00 a R\$15.000,00 com renda bruta por família de R\$240,00 a R\$3.500,00 tendo um giro financeiro na região / ano R\$ 42.000.000,00.

Também segundo dados da pesquisa da Emater na região, foi possível detectar alguns entraves ou fatores dificultadores para o desenvolvimento das agroindústrias. Ou seja, o pouco conhecimento do seu próprio negócio, amadorismo na atividade de gestão do seu próprio negócio, e na atividade de comercialização, falta de conhecimentos da legislação vigente.

Em desvantagem comparativa com outras regiões do Estado com referência a participação na economia estadual, pode-se abordar como um dos principais fatores e que o valor adicionado percapita da região está em torno de R\$240,60 a 6.561,88, segundo dados do Iparde/2004 em razão do nosso perfil econômico que é especializado na produção agropecuária de pequenos produtores mas com baixa agregação de valor. Este é o grande desafio para os gestores públicos e lideranças que precisam incrementar o setor através de políticas públicas regionais de incentivo a agroindustrialização no campo.

A formação das agroindústrias na agricultura familiar seguiu duas orientações fundamentais. De um lado, a concepção de agroindústria como empresa, que assume o papel de principal renda da família e que, de certa forma, para a comandar todo o sistema de produção das propriedades. Do outro, a concepção de agroindústria como componente da diversificação da produção nas propriedades dos agricultores. Neste caso, as agroindústrias não comprometem as demais produções e não centralizam as atividades das propriedades.

A diferenciação é importante para perceber perspectivas diferentes para cada uma das concepções. A primeira tem como objetivo a inserção no mercado tradicional, competindo para abrir seu espaço e comercializar de forma tradicional, junto aos supermercados, distribuidores e outros mecanismos de mercado. Normalmente tem um caráter mais empresarial também na comercialização dos produtos. Normalmente são agroindústrias que tem a perspectiva de crescimento e de ampliação das atividades, adquirindo matéria-prima de outros agricultores e ampliando seu espaço de mercado.

Na segunda concepção a visão de agroindústria tem um limite para o crescimento, normalmente fixado na capacidade de produção de matéria-prima

pelas famílias participantes. Tem uma perspectiva de assumir um tamanho que não comprometa o equilíbrio das propriedades. A questão de mercado também assume uma característica diferente da anterior. Seu foco principal é o mercado local, e as formas de comercialização principais são a venda direta aos consumidores e as feiras livres.

No que se refere à gestão, a primeira concepção exige mais profissionalização em função dos processos mais complexos que envolvem a inserção no mercado tradicional. Por essa razão, há que se priorizar a necessidade do licenciamento de seus produtos ao nível do estado ou nacional, para não sofrer os limites da comercialização. Normalmente são agroindústrias que buscam inscrever-se no Sistema de Inspeção do Paraná (SIP) ou no Sistema de Inspeção Federal (SIF), quando os produtos são de origem animal. No caso da cana-de-açúcar, que é de origem vegetal, o sistema de licenciamento é diretamente na Vigilância Sanitária (Cujas regras são estabelecidas pela ANVISA) e os produtos registrados no Ministério da Agricultura. O SIM (Sistema de Inspeção Municipal) somente é mantido quando se situam em um município de maior porte, como Francisco Beltrão. Para poder competir no mercado precisam, também, se preocupar com a apresentação dos produtos. Embalagens atrativas e dentro das normas mais atuais são fundamentais para a conquista do espaço.

As agroindústrias orientadas pela segunda concepção normalmente têm uma preocupação mais local e, normalmente, somente possuem inscrição no SIM, quando os produtos são de origem animal, não variando a forma de licenciamento quando os produtos são de origem vegetal. O sistema de gestão adotado é muito mais simplificado, e as embalagens também seguem, esse princípio da simplificação, respeitadas as normas de saúde.

Grande parte das agroindústrias ainda mantém uma situação de “clandestinidade”, isto é, não possuem registros comerciais e nem licenciamento nos sistemas de inspeção dos produtos. Essas agroindústrias normalmente contam com alguma benevolência dos poderes públicos para a comercialização de seus produtos nas feiras livres e, na sua maior parte, a comercialização é feita diretamente aos consumidores. (GNOATTO 2000)

Uma questão adicional pode ser inserida neste trabalho diz respeito à certificação de qualidade. Parte das agroindústrias tem buscado garantir certificação de qualidade e adotam dois caminhos. Um deles pode ser através de

empresas especializadas de certificação de produtos. No Sudoeste, como em todo o sul do país, atua a Rede ECOVIDA de Certificação Participativa, que certifica a qualidade de produtos agroecológicos e orgânicos em transição para a agroecologia. Característica comum encontrada nas agroindústrias é a participação de seus membros na gestão, tanto nas organizadas de forma associativa quanto familiar.

Prezzotto faz uma análise do processo de gestão de agroindústrias destacando a importância da tomada de decisão dos agricultores. Isto deve ocorrer de maneira que todas as pessoas envolvidas sempre tenham acesso a todas as informações em torno dos temas em pauta. A instalação de pequenas agroindústrias próximas das propriedades dos agricultores associados facilita o desenvolvimento de uma gestão transparente e participativa dos proprietários. Estes assim como outros princípios de cooperação, como a otimização dos investimentos (utilização total e adequada da estrutura) pode representar uma diminuição do custo da produção. A gestão das pequenas agroindústrias desenvolvidas pelos agricultores familiares associados que são imprescindíveis para o bom funcionamento de uma organização e da própria agroindústria (PREZOTTO, 2002).

Isso pressupõe um grupo estruturado capaz de processos coletivos e que esteja preparado para superação de momentos de conflito interno e de divergência de concepções. No entanto, se esta é a grande vantagem, é também um grande limite ao desenvolvimento das atividades da agroindústria.

A maioria dos autores que analisam o sucesso ou fracasso dos empreendimentos agroindustriais de pequeno porte assume um ponto de partida econômico para seus estudos. No entanto, é fundamental se questionar se essas são realmente as verdadeiras causas do insucesso de algumas agroindústrias. É o caso da análise feita por Vieira em relação à agroindústria, quando retrata o fato de os empreendimentos de pequena escala disporem de poucos recursos e os gerentes das empresas são em geral o próprio dono ou alguns familiares, são polivalentes, atuando em várias funções, exercendo os papéis de vendedores, administradores e muitas vezes utilizando a própria mão-de-obra e principalmente quando tem que lidar com os conflitos internos de relacionamento das agroindústrias.

. Em decorrência dessas características, tem se percebido que o importante na gestão é que toda tomada de decisão cabe aos agricultores e que muitas iniciativas são favorecidas pelo próprio grupo quando se busca uma maior

produtividade ou seja, as atividades de produção da matéria-prima absorvem a mão-de-obra de todos os integrantes de cada família, a organização é feita informalmente. Neste sentido criam-se iniciativas típicas de agregação de valor a suas propriedades por isso vem surgindo formas de organização ou seja criou-se a Associação das Agroindústrias familiares, onde procura comercializar os produtos de forma ordenada, participando nas feiras, comercializando em pontos estratégicos, bem como envolvimento nos programas como o compra direta da agricultura familiar que tem alavancado a venda de produtos frescos e com qualidade, para que principalmente as crianças tenham acesso a produtos e quantidade necessárias a sua formação.

Inseridos dentro de princípios diferentes dos empresariais e fundados nos princípios da economia solidária, os empreendimentos dependem de uma grande maturidade dos grupos para processos coletivos de trabalho e gestão. Normalmente os grupos melhor estruturados em suas relações coletivas conseguem estabelecer uma relação econômica equilibrada, contribuindo de forma decisiva para o sucesso do empreendimento. Em grupos menos estruturados, o processo de desconfiança normalmente mina as possibilidades de sucesso pelos rachs e disputas que ocorrem dentro do grupo. Nos casos mais graves, o sucesso só é possível se uma ou algumas famílias dominam o processo, assumindo a coordenação como se fossem donos do empreendimento, afastando os demais sócios da gestão. Assumem, a partir daí, caráter tipicamente empresarial.

Com os incentivos governamentais de financiamentos, orientação, apoio para a instalação de agroindústrias, com o objetivo de garantir geração de renda, o processo de formação e estruturação coletiva dos grupos tem sido deixada de lado ou pouco consideradas na formação da agroindústria. Isso levou ao surgimento de muitos empreendimentos que não conseguem funcionar e fecham por incapacidade do grupo manter um processo coletivo de gestão.

Um dos principais problemas enfrentados pelas pequenas agroindústrias familiares é sem dúvida a colocação dos produtos transformados no mercado consumidor. Devido à tradição dos agricultores familiares na produção de grãos e de sua comercialização em locais próximos da área de cultivo, sendo esses entregues a cooperativas, cerealistas ou vendidas a outros particulares, com preços formados através de commodities agrícolas ou na base de preços fixados na região. Como são produtos uniformes há uma certa facilidade de comercialização. Quando

se fala de produtos agrícolas transformados há uma grande complexidade nas relações de troca, pois de um lado tem-se um mercado consumidor exigente quanto à qualidade e também preços acessíveis, bem como, de órgãos regulamentadores que fiscalizam a qualidade e procedência dos produtos através de licenças de comercializações tais como: SIM, SIP, certificações essas necessárias para a comercialização de produtos alimentares. Do outro lado tem-se um produtor inexperiente nas negociações, fixação de preços, criação de marca e embalagem bem como na tramitação de processos de certificações sanitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância dos empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, situados no meio rural, é justificável pensar e dar credibilidade a projetos de desenvolvimento a esse segmento, pela devida importância social que os mesmos apresentam, como fonte geradora de trabalho em uma ambiente cada vez menos intensivo de mão-de-obra e como fator de interiorização. É interessante, nesse sentido, que se criem condições para a constituição e o fortalecimento das agroindústrias familiares de pequeno porte inseridas no meio rural.

Face ao exposto, este trabalho teve a intenção de verificar a importância do setor de transformação próximo ao setor produtivo, com o intuito de observar as mudanças e influencia da agroindústria na vida da comunidade e das famílias que se beneficiam diretamente e indiretamente das prestações de serviços.

Provavelmente, a efetividade destas atividades no meio rural tendem a crescer e sem dúvida, proporcionar o desenvolvimento sustentável da agricultura concretizando o novo rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY,R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

ALMEIDA, J. ; Navarro, Z. **Reconstruindo a Agricultura.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ASSESOAR/DESER. **Caracterização e diagnóstico dos sistemas de produção do Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão: ASSESOAR, 1994. 103p.

CORDEIRO, A. **Alternativas para Sustentabilidade.** AS/PTA, 1996.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO ECONOMICOS RURAIS - DESER. Agroindústria Familiar da Cana de Açúcar. **Informativo de Conjuntura Agrícola e comercialização do Alto Uruguai, nº 2.** Rio Grande do Sul: julho/agosto 2001.

DELGADO, G. C. **Capitalismo financeiro e Agricultura no Brasil –1965/1985** Campinas S.P. editora Unicamp e Icone 1985. 40 pg.

DESER. **Movimentos sociais no campo na região sudoeste do Paraná: avaliação e perspectivas.** Francisco Beltrão: ASSESOAR/CRAPA/CUT, 1993.78p.

*FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL E DA SOCIEDADE DO SUDOESTE DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná – versão Agrícola.** Francisco Beltrão: AMSOP 2000. 150p.

GOMES, I.Z. 1957: **A revolta dos posseiros.** Curitiba: Ed. CRIAR. 1986. 121p.

_____. **Terra & subjetividade: a recriação da vida no limite do caos.** Curitiba: CRIAR, 2001. 198p.

GNOATTO ,A. Almir. **Cadeias Agroindustriais.** grupo de pesquisa 8. CEFET-PR Unidade de Pato Branco.

GUANZIROLI,C.; BUAINAIN M. Antonio **Agricultura Familiar e o novo mundo Rural**. FAO/INCRA, 2001.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 8.ed. Rio Janeiro: civilização Brasileira,2004. 256p.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Ed. IBGE. 1998. 320p.

LAMARCHE ,H. **A agricultura familiar do Mito à realidade**. Vol.II tradução Frederic Bazin, Campinas S.P. Editora Unicamp, 1998

LAZIER, H. **Análise histórica da posse da terra no sudoeste Paranaense**. Curitiba: BPP/SECE, 1986. 194p.

MARTINS, R.S. **Entre jagunços e posseiros**. Ed. 1ª Curitiba: 1986. 484p.

_____. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da historia lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994. 174p.

PERIN, E.; VIEIRA,J.A.N.; LOVATO,L.F. **Agricultura Familiar na região Sudoeste do Paraná**. Londrina: IAPAR/EMATER. 2001. 7-9 p.

PERONDI, M,A et. Al. A questão na Agroindústria Rural de Pequeno Porte. **Revista de Ciências Humanas**. Série Especial. Temática. Florianópolis: nº 7,UFSC, 2002.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Florianópolis: EDUFSC, abril de 2002.

QUEIROZ M, I, P. **O campesinato Brasileiro**. São Paulo: Editora Vozes, 1973.

SEAB/DERAL (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Departamento de Economia Rural). **Acompanhamento da Situação Agropecuário do Paraná**. Curitiba: SEAB/DERAL, 2002. 83p.

SERVIÇO DE APOIO A PEQUENA EMPRESA DO PARANA & SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANA. **Perfil tecnológico da produção de açúcar mascavo no Paraná**. Curitiba: SEBRAE-PR. 2000.

VIEIRA, L.F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista política agrícola**. Rio de Janeiro: ano VII, janeiro 1998.

WANDERLEY, Maria N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro anual da ANPOCS, XX, 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.